

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

**A COMPONENTE SOCIAL DO ESTADO NO APOIO ÀS CRIANÇAS MAIS DESFAVORECIDAS
NOS 2ºE 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO
ANÁLISE COMPARATIVA****Aldina Maria Santos Ribeiro Cruz e Silva**

Universidad de Extremadura

Professora Escola 2/3 Lousã – Coimbra

aldinamaria@gmail.com

*Fecha de recepción: 6 de enero de 2011**Fecha de admisión: 10 de marzo de 2011***RESUMO**

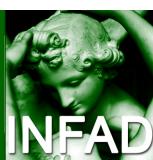
A Escola Pública tem por funções a sociabilização e o ensino/aprendizagem, factores que contribuem para uma Escola Inclusiva e para a correcção de dificuldades e assimetrias sociais. Efectivamente, o sucesso escolar de cada criança é determinante não só na sua inserção social mas também no desenvolvimento global da sociedade.

Se há famílias com rendimentos que lhes possibilitam pagar serviços de ocupação de tempos livres e a totalidade da educação dos seus filhos, ou seja, material escolar, alimentação, transporte, livros e outras taxas associadas á frequência da Escola, para a grande maioria tal prática não é possível.

Preocupante é ainda a situação das famílias responsáveis por crianças com “necessidades educativas especiais” para as quais as promessas são múltiplas mas as condições reais são, por notória carência de estruturas de apoio social e económico incompatíveis com os meios de que dispõem.

A resposta aos problemas de natureza familiar e social, no contexto da Escola Pública, deverá salvaguardar os interesses das crianças e jovens bem como as necessidades das famílias, de modo supletivo.

Este trabalho irá debruçar-se na análise da componente social da escola no apoio às crianças mais desfavorecidas e suas famílias nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico. Numa primeira fase irão ser descritas as políticas educativas de acção social dos países europeus: Portugal, França, Espanha, Itália e Malta. Posteriormente, fazer-se-á a descrição e análise detalhada do caso português, recorrendo aos estudos de caso das Escolas E.B. 2,3 da Lousã, E.B.I. António Sena Faria de Vasconcelos de Castelo Branco e a Escola Dra. Maria Alice Gouveia de Coimbra.

**A COMPONENTE SOCIAL DO ESTADO NO APOIO ÀS CRIANÇAS MAIS DESFAVORECIDAS NOS 2ºE 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO . ANÁLISE COMPARATIVA**

Palavras-chave: Apoio do Estado; Acção Social Escolar; Interesse dos alunos; Análise da Participação das Famílias.

ABSTRACT

Public School have the responsibility of the socialization and teaching / learning process, factors that contribute to an Inclusive School and for correcting problems and social inequalities. Indeed, the academic success of each child is crucial not only in their social integration but also the overall development of society.

If there are families with incomes that enable them to pay for services of leisure and all of their children's education, or school supplies, food, transportation, books and other fees associated with school attendance, for the vast majority do not practice such is possible. Concern is also the situation of families caring for children with "special needs" for which the promises are manifold but the actual conditions are, for a total lack of support structures for social and economic unaffordable with the resources available to them. The answer to the problems of family and social context of the Public School, should safeguard the interests of children and young people and families' needs, so supplement.

This work will focus in analyzing the social component of the school in supporting the most disadvantaged children and their families in the 2nd and 3rd cycles of basic education. In the first phase will be described with the educational policies of social welfare of European countries: Portugal, France, Spain, Italy and Malta. Later, it will make a detailed description and analysis of the Portuguese case, using case studies of schools Lousã EB 2.3, EBI Sena Anthony Faria de Vasconcelos School of Castelo Branco and Dr. Maria Alice Gouveia de Coimbra.

Keywords: State support; Student Welfare; interest of students; Analysis of Participation of Families.

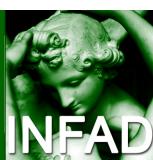
INTRODUÇÃO

Vivemos um tempo de mudança acelerada que provocou, nas últimas décadas, profundas transformações sociais, as quais, indiscutivelmente, lançam novos desafios e requerem soluções inovadoras.

Colocam-se hoje exigências às mães e aos pais, que os obrigam a actividades cada vez mais desgastantes pela intensificação dos ritmos e complexificação das tarefas. Confirma-se o alargamento dos períodos "normais" de trabalho, com as distâncias casa/trabalho sempre mais demoradas, e a ocupação dos trabalhadores, em horários pós-laborais, nas actividades exigidas a nível de formação e carreira profissional. São estes, de entre outros, os factores que conduzem ao aumento da pobreza e à exclusão e à orfandade social da infância.

A Escola tem, de certo, uma função educativa que excede largamente a função instrutiva mas, em nome da primeira, são-lhe hoje impostas um sem número de atribuições, não resolvidas no âmbito da responsabilidade do Estado. A política governativa para o sector da educação e formação baseia-se num conjunto de princípios, de que se salientam:

- A adequação das políticas educativas às necessidades de cada indivíduo;
- A promoção da educação para os valores;
- A valorização da actividade docente;
- A promoção de uma cultura de avaliação;



DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

- O desenvolvimento da cultura científica;
- O empenho na abertura ao mundo;
- O equilíbrio entre as responsabilidades do Estado e da sociedade civil;
- O reforço da identidade nacional, incentivando o orgulho na nossa história, na nossa língua e na nossa cultura.

PERGUNTA DE PARTIDA

Será que as medidas de apoio social previstas na política educativa portuguesa se distanciam do quadro político dos países da União Europeia, nomeadamente Espanha, França, Itália e Malta?

HIPÓTESES EXPLICATIVAS

As medidas de apoio social escolar existentes em Portugal seguem a tendência de França, Espanha, Itália e Malta, revelando-se muito similares.

As medidas de apoio social escolar existentes em Portugal não seguem a tendência de França, Espanha, Itália e Malta, revelando-se muito diferentes.

As medidas de apoio social escolar existentes em Portugal seguem a tendência verificada em Malta, visto ser o país com uma estrutura económica mais semelhante à portuguesa.

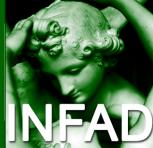
METODOLOGIA

Na medida em que o objectivo de estudo deste trabalho consiste na análise da componente social da escola no apoio às crianças mais desfavorecidas e suas famílias nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico recorreu-se a dois tipos de fontes de informação: secundária e primária. No primeiro caso trata-se da análise documental, a qual engloba pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo. A fonte de informação primária utilizada foi a análise quantitativa.

A análise documental consiste numa fonte de informação composta por dados secundários, isto é, recolhidos por terceiros. Recorreu-se a fontes bibliográficas, e publicações como livros, teses e revistas científicas, a sites e páginas disponíveis na Internet, de forma a completar os argumentos. Quanto às fontes documentais, procedeu-se, maioritariamente, à recolha e análise de estatísticas sobre o tema, ou seja, a acção social escolar. Adicionalmente, consultaram-se jornais e revistas locais e nacionais, de forma a acompanhar o fenómeno em estudo e as suas repercussões na sociedade portuguesa.

A análise quantitativa consiste na aplicação de questionários, isto é, utiliza-se um conjunto de perguntas pré-estabelecidas. Na elaboração de um questionário importa respeitar um conjunto de procedimentos ao nível da estrutura, da extensão e na selecção do tipo de questão (fechadas ou abertas).

Nas questões abertas, o indivíduo responde livremente, e o inquiridor anota tudo o que for declarado. Nas fechadas, a pessoa deve escolher uma resposta entre as constantes de uma lista pre-determinada indicando aquela que melhor corresponda à que deseja fornecer. Este último caso favorece uma maior padronização e uniformização dos dados colectados pelo questionário do que no caso das perguntas abertas. Contudo, o inquérito aplicado neste estudo apresenta uma maior proporção de questões fechadas, visto que os destinatários são crianças com idades entre os 10 e os 14 anos. Quanto mais complexa for a instrução sobre o tipo de resposta que se deve dar, maior será a riqueza dos dados colectados. Há que se estabelecer um equilíbrio entre os parâmetros. O uso das alternativas “não sei”, “não se aplica” ou ainda de “outras respostas” (“outros”) é aconselhável na



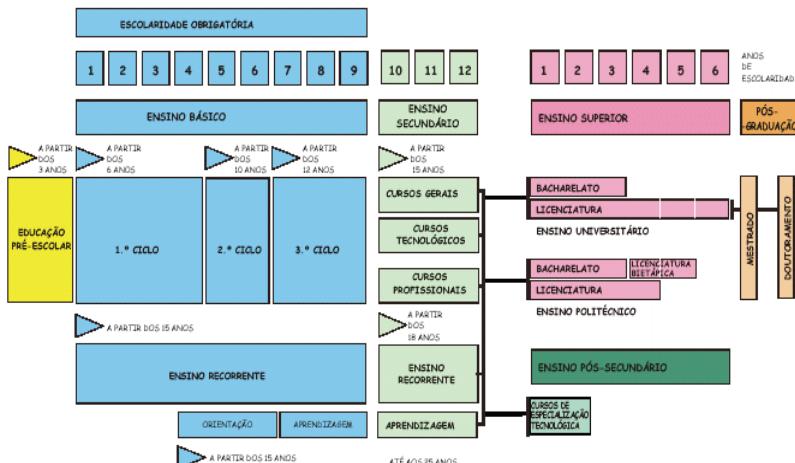
A COMPONENTE SOCIAL DO ESTADO NO APOIO ÀS CRIANÇAS MAIS DESFAVORECIDAS NOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO . ANÁLISE COMPARATIVA

maior parte dos casos. Ao passo que as questões fechadas apresentam uma análise mais cómoda por parte do investigador, as questões abertas são mais fáceis de criar.

A maior dificuldade das questões abertas consiste nos procedimentos posteriores adequados, ou seja: codificação, agrupamento em categorias. É importante observar também que o correcto equilíbrio de questões abertas e fechadas impedirá que o respondente se sinta menos à vontade na sua capacidade de expressão livre.

O CASO DE PORTUGAL

SISTEMA EDUCATIVO E FORMATIVO



Notas Explicativas:

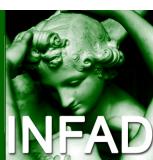
- O ensino básico abrange o ensino obrigatório de 9 anos. É composto por três ciclos consecutivos de 4, 2 e 3 anos.
- O ensino recorrente é um ensino nocturno do ensino geral e técnico para alunos que abandonaram os estudos e para adultos.
- Cursos gerais são cursos do ensino secundário conduzindo predominantemente ao prosseguimento de estudos.
- Cursos tecnológicos são cursos do ensino secundário orientados para a vida activa.
- Cursos profissionais são cursos de natureza profissionalizante.
- Aprendizagem - Têm acesso a estes cursos individuos com idades compreendidas entre 14 e 25 anos. Têm a duração de 1 a 3 anos.
- Cursos de Especialização Tecnológica - Têm a duração de 1 a 2 anos, consoante o regime (diurno ou nocturno) e/ou as condições de acesso (os alunos provenientes dos Cursos Gerais têm de ingressar previamente num Curso Técnico para complementação do nível 3 de qualificação profissional).

ESTUDO DE CASO:

Análise Comparativa das Escolas E.B. 2,3 da Lousã, E.B.I. António Sena Faria de Vasconcelos e Escola Dra. Maria Alice Gouveia.

Para a realização deste estudo de caso foi aplicado um inquérito¹ em três escolas no território nacional, cuja seleção teve por base critérios geográficos e ambientais, isto é, procurou-se construir uma amostra representativa da estrutura populacional a nível económico e social em ambientes rurais (E.B. 2,3 da Lousã) e urbanos (E.B.I. António Sena Faria de Vasconcelos e Escola Dra. Maria Alice Gouveia).

A E.B. 2,3 da Lousã situa-se na Região Centro de Portugal, na Beira Litoral, e pertence Distrito



DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

de Coimbra. A Vila da Lousã foi escolhida pois caracteriza as zonas rurais do país, ou seja, a população que frequenta esta escola provém de meios mais desfavorecidos, que por norma residem em locais mais afastados da escola, recorrendo a transportes municipais para se deslocarem para as aulas.

A E.B.I. António Sena Faria de Vasconcelos faz parte do conjunto de escolas do Distrito de Castelo Branco. Esta escola foi seleccionada porque se situa na Beira Interior, sendo que esta região possui características sociográficas quer urbanas como rurais, mostrando assim a realidade do Interior do país.

ANÁLISE DOS RESULTADOS:

Tendo em conta a análise em SPSS² verifica-se que 58,6% dos alunos frequentam o 3º ciclo do ensino básico, sendo que a maior parte se situa nos 7º e 8º anos com 91 e 65 respondentes respectivamente.

No que concerne às **três áreas de acção social de maior importância para os alunos** denota-se uma grande percentagem de respostas dadas opção “alimentação” com 324 respostas, as quais representam 84,4% do total de respostas dadas nesta questão, seguido do “material escolar” com 218 respostas (56,8%) e o “acesso a computadores do e-escolas” com 158 respostas (41,1%). A opção com menos representatividade é o “alojamento” com 51 respostas, que correspondem apenas a 13,3%.

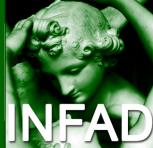
No caso **três áreas de acção social de maior importância para a situação familiar dos alunos** denota-se uma grande percentagem de respostas dadas opção “alimentação” com 213 respostas, as quais representam 55,5% do total de respostas dadas nesta questão, seguido do “material escolar” com 183 respostas dadas representando uma percentagem de 47,7% e os “livros” com 162 respostas (42,2%) A opção com menos representatividade é o “alojamento” com 39 respostas, que correspondem apenas a 10,2%.

Após esta análise verificou-se que a “alimentação” e o “material escolar” são as áreas de apoio social que os alunos consideraram mais importantes quer para a sua situação escolar, quer para a situação familiar. Por outro lado, a área que revela menor relevância em ambas as situações é o “alojamento”. Este fenómeno pode ser explicado pelo facto de nenhuma das escolas analisadas dispor de infra-estruturas de alojamento para alunos que vivam a grandes distâncias.

No cruzamento da variável “escola” com a variável “**beneficia de algum apoio ou subsídio escolar?**”, verifica-se que na E.B. 2,3 da Lousã a maior parte (54,4%), isto é, 106 dos alunos responderam que “sim”. Relativamente à E.B.I. António Sena Faria de Vasconcelos a maior parte (76,5%) respondeu que “não” beneficia de apoios sociais escolares, o que representa 91 alunos. A última escola da amostra, a Escola Dra. Maria Alice Gouveia segue a mesma tendência da E.B.I. António Sena Faria de Vasconcelos agrupando a maior parte (64,3%) das respostas na opção “não” com 45 respondentes. Pode-se então concluir através da análise do cruzamento destas duas variáveis, que os alunos que estudam em escolas localizadas em ambientes rurais auferem percentualmente de mais apoios escolares sendo a área de acção social “alimentação” a que abrange mais alunos.

Apesar de a opção “não se aplica” ser a mais visível no cruzamento das variáveis “escola*de que escalão da ASE beneficia?”, o que significa que 53,9% não respondeu a esta questão, dos que responderam, em todas as escolas, o escalão A é que o agrupa uma maior percentagem de respondentes (22,1%), seguido do escalão B com 16,1%.

A análise do cruzamento das variáveis “de que escalão ASE beneficia*em que ano está matriculado” revela uma homogeneidade entre os diferentes níveis escolares com excepção do 5º ano. Antes de revelar os valores é necessário mais uma vez mencionar que a opção não se aplica reúne



A COMPONENTE SOCIAL DO ESTADO NO APOIO ÀS CRIANÇAS MAIS DESFAVORECIDAS NOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO . ANÁLISE COMPARATIVA

a maior percentagem, sendo que esta corresponde a questões sem resposta. Os valores que resultaram do tratamento destes dados em SPSS são os seguintes: no 5ºano dos 77 alunos matriculados, 15 beneficiam do escalão B. Os 6º, 7º, 8º e 9º anos revelam entre si a mesma tendência, na medida em que a maior parte das respostas incidem no escalão A, com 22, 22, 14 e 13 respectivamente.

DISCUSSÃO/CONCLUSÃO

Após a recolha de informação quer teórica quer empírica acerca do fenómeno das políticas de acção social escolar, poder-se-á inferir que em Portugal as medidas de acção social escolar na prática não correspondem ao referido no início do ano lectivo pelos responsáveis do Governo, os quais afirmaram que, os alunos do “2º e 3º ciclos do básico e secundário integrados no escalão A [da Acção Social Escolar] beneficiarão, já a partir do próximo ano lectivo [2008/09] de refeições gratuitas e do pagamento integral dos manuais de aquisição obrigatória, para além de outros apoios”. (in Jornal *O Público*, 02/10/2008)

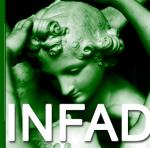
Esta citação retirada do site do Ministério da Educação contradiz o resultado do tratamento dos dados recolhidos nas três escolas que fazem parte do estudo de caso desta tese. Neste sentido, os resultados revelam que no total das três escolas, ou seja, 384 alunos, 149 têm algum tipo de subsídio e 223 não auferem de qualquer ajuda por parte do Estado. Dos 149 alunos abrangidos pela acção social escolar (ASE) 22,1% beneficia do escalão A e 16,1% do escalão B, os restantes que alegam ter apoio escolar, dizem respeito ao escalão C. Este escalão foi criado apenas para o ano lectivo 2008/2009 e abrange apenas o acesso a computadores do e-escolas.

Nos quadros em anexo referentes ao tratamento dos inquéritos aplicados aos alunos do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, pode-se observar que existe uma percentagem de inquiridos que responderam não ter o valor máximo de subsídio dentro do escalão A nas áreas contempladas pelo M.E. (transportes, alimentação, livros, material escolar, e-escolas, alojamento e auxílio económico), sendo de salientar o caso dos livros, uma vez que foi esta a área de intervenção mais focada pelo Governo, como indica o extracto do artigo do jornal “O Público” acima citado.

Pode-se assim, concluir no caso português que, existem ainda muitas lacunas no sistema da ASE, sobretudo se compararmos o tipo de apoio dado às escolas das zonas rurais do país e às escolas de meios mais urbanos, isto é, sendo meios com carências e populações diferentes os apoios da ASE incidem também em áreas de acção social distintas.

Após as hipóteses explicativas terem sido testadas, verifica-se que *as medidas de apoio social escolar existentes em Portugal não seguem a tendência de França, Espanha, Itália e Malta, revelando-se muito diferentes*. Aceita-se esta hipótese porque ao analisar a situação dos países, constata-se uma discrepância nos tipo de apoio facultado, nas entidades intervenientes na regulamentação e financiamento das escolas e das famílias e até mesmo na forma como o “ensino básico” é organizado de país para país. No caso da hipótese número 3, *as medidas de apoio social escolar existentes em Portugal seguem a tendência verificada em Malta, visto ser o país com uma estrutura económica mais semelhante à portuguesa*, esta foi formulada pois Malta é o país, dentro dos que estão a ser analisados, que mais semelhanças tem com Portugal, isto é, em termos económicos e sociais. Apesar de tal facto, os dados recolhidos durante a execução desta tese, demonstraram que enquanto que em Portugal é o Estado o principal regulador e financiador da educação, em Malta é a Igreja e entidades religiosas que regulam a educação. Verificou-se que os fundos para as escolas públicas são fornecidos como por acordo entre a República de Malta e a Santa Sé. Estes fundos são geridos pelas autoridades da Igreja.

Por fim importa referir que, a análise da componente social da escola no apoio às crianças mais



DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS ACTUALES DE LA PSICOLOGÍA EN EL MUNDO DE LA INFANCIA

desfavorecidas e suas famílias nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico permitiu observar que, este fenômeno em Portugal ainda revela discordâncias entre as medidas políticas aprovadas para a área da ASE e as que realmente já estão postas em prática. Esta disparidade pode ser identificada mesmo em termos territoriais, na medida em que, dentro do território nacional, existem diferenças temporais na aplicação da mesma medida política, o que leva a que crianças matriculadas nos mesmos anos lectivos, mas em partes diferentes do país, (por exemplo: Lisboa e Bragança) tenham acesso a determinados apoios em períodos temporais diferentes.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, A.J. *Políticas educativas em Portugal (1985-2000): a reforma global, o pacto educativo e os reajustamentos neo-reformistas*. In: CATANI, A.; OLIVEIRA, R. (Org.). Reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- AFONSO, N. *A reforma da administração escolar: a abordagem política em análise organizacional*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994.
- DEROUET, J.-L. *La décentralisation dans les sociétés en transition du centre et de l'est de l'Europe: les apports d'un regard éloigné*. In: BAJOMI, I.; DEROUET, J.-L. (Dir.). La grande récréation: la décentralisation de l'éducation dans six pays autrefois communistes. Paris: INRP, 2002.
- Estruturas dos Sistemas de Ensino, Formação Profissional e Educação de Adultos na Europa. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Lisboa, 2006/2007.
- HALPIN, D.; TROYNA, B. *The politics of educational policy borrowing*. Comparative Education, Oxford, v. 31, n. 3, p. 301-310, 1995.
- KAMAT, S. *Deconstructing the rhetoric of decentralization: the state in educational reform*. Current Issues in Comparative Education, v. 2, n. 2, apr. 2000. Disponível em: <<http://www.tc.columbia.edu/CICE>> Acesso em 2000.
- LIMA, L.C. *A administração escolar em Portugal: da revolução, da reforma e das decisões políticas pós-reformistas*. In: CATANI, A.; OLIVEIRA, R. (Org.). Reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LIMA, L.C.; AFONSO, A.J. *Reformas da educação pública: democratização, modernização, neoliberalismo*. Porto: Afrontamento, 2002.
- TEODORO, A. *A construção política da educação: Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto: Afrontamento, 2001a.
- TEODORO, A. *Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: a emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade*. In: STOER, S.R.; CORTESÃO, L.; CORREIA, J.A. (Org.). Transnacionalização da educação: da crise da educação à "educação" da crise. Porto: Afrontamento, 2001b.
- http://www.dgidc.min_edu.pt/apoioedu.asp
- <http://www.RegulamentodeACCAOSOCIALESCOLAR.pdf>
- Diário da República, 2ª Série – nº 154 – 11 de Agosto de 2008, pp. 35 633 – 35 637, in:
<http://www.dre.pt/pdf25dip/2008/08/154000000/3563335638.pdf>

¹ Consultar em anexos de apoio.